

APONTAMENTOS SOBRE O DEBATE ACERCA DA AUTOCONSTRUÇÃO DE HABITAÇÕES E A EXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO EM SÃO PAULO NA DÉCADA DE 70 E A CONTRIBUIÇÃO DE RODRIGO LEFÈVRE

André Augusto de Almeida Alves

Aluno do programa de pós-graduação em Estruturas Ambientais Urbanas da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, nível de mestrado; bolsista da FAPESP – Fundo de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é efetuar uma leitura das abordagens dadas à questão da autoconstrução de habitações na cidade de São Paulo, em trabalhos elaborados entre fins da década de 60 e início da década de 80, tendo em vista a compreensão do contexto em que o arquiteto Rodrigo Lefèvre elabora suas propostas de produção habitacional, e a introdução do debate sobre a obra deste arquiteto no âmbito mais amplo da produção social da cidade.

1. INTRODUÇÃO

Em linhas gerais, poderíamos dizer que a origem da autoconstrução enquanto forma de resolução do problema habitacional pela classe trabalhadora, tem suas origens nos anos 30, quando o crescimento do setor industrial e a emigração rural provocam o surgimento de um excedente de força de trabalho que tornava desnecessária a fixação do operário na empresa, nas “vilas operárias”. Kowarick (1976: 24-5) descreve como, até esta década, nos primórdios da industrialização de São Paulo, as empresas resolviam o problema do alojamento da mão-de-obra mais qualificada através da construção de “vilas operárias” contíguas aos seus locais de produção, cujas unidades eram alugadas aos trabalhadores, diminuindo as despesas dos operários com sua própria sobrevivência e assim permitindo que os salários fossem rebaixados, solução esta propiciada principalmente pelo baixo custo dos terrenos nos bairros em que tais indústrias se instalavam, como Brás, Mooca e Belém. Com as transformações sociais e urbanas que marcam a aceleração da industrialização a partir da Revolução de 1930 e o Estado Novo (1937), entre as quais situam-se o êxodo rural e a aceleração da industrialização, que resultam na valorização dos terrenos urbanos e na formação de um excedente de força de trabalho na cidade, tal solução torna-se tanto desnecessária quanto inconveniente:

As empresas transferem assim o custo da moradia (aquisição, aluguel, conservação do imóvel) e os de transporte para o próprio trabalhador e os custos dos serviços urbanos básicos, quando existentes, para o âmbito do Estado. Deste momento em diante, as vilas operárias tendem a desaparecer e a questão da moradia passa a ser resolvida pelas relações econômicas no mercado imobiliário. Surge no cenário urbano o que será designado “periferia”: aglomerados, clandestinos ou não, carentes de infra-estrutura, onde vai residir a mão-de-obra necessária para o crescimento da produção. (Kowarick, 1976: 24-5)

O texto de Kowarick, além de propiciar uma visão histórica do processo pelo qual se dá o surgimento da autoconstrução em São Paulo, introduz duas questões que são fundamentais para a sua análise, e que serão consideradas nos diversos estudos sobre o tema: a da redução do custo de reprodução da força de trabalho, propiciada pela autoconstrução da habitação, e a da valorização e especulação imobiliária. São estas as questões que são destacadas neste trabalho, através de textos de Carlos Lemos e Maria Ruth Amaral de Sampaio, Sérgio Ferro, Lúcio Kowarick, Ermínia Maricato, Nabil Bonduki e Raquel Rolnik, Francisco de Oliveira e Rodrigo Lefèvre.

O presente trabalho não pretende de forma alguma constituir um levantamento e uma revisão rigorosos da totalidade dos textos dedicados ao tema da autoconstrução. Mesmo assim, talvez possamos afirmar que alguns dos primeiros estudos dedicados ao tema foram os desenvolvidos por Carlos Lemos em *Pesquisa piloto sobre casas populares em São Paulo* (1964) e *Pesquisa sobre a evolução da casa popular paulistana* (1965), e que foram retomados entre 1970 e 1972 em *Habitação popular paulistana autoconstruída*, com a colaboração de Maria Ruth Amaral de Sampaio.

Carlos Lemos e Maria Ruth Amaral de Sampaio, na apresentação da publicação de 1993 que reúne os resultados dessas três pesquisas, definem como a principal motivação para a sua realização a indagação dos anseios e expectativas da população de baixa renda em relação à habitação, e da adequação dos projetos eruditos a estas expectativas, numa época de intensa realização de concursos de arquitetura para habitação popular (Lemos e Sampaio, 1993: 5). As pesquisas, principalmente as duas primeiras, concentravam-se assim nas questões de agenciamento espacial, projeto e construção, técnicas construtivas, etc.

A terceira, diferentemente, revelava já uma preocupação com o processo de produção social da habitação autoconstruída. A questão da especulação imobiliária é apresentada do ponto de vista da sua ligação com o sistema de transporte, na interpretação que viria a ser repetida em vários estudos posteriores:

Um novo loteamento nunca era aberto na vizinhança imediata do anterior, já dotado de algum melhoramento. Entre, este e o novo, deixava-se propositalmente uma área vaga, que seria loteada mais tarde por melhor preço, quando a linha de ônibus já tivesse atingido o novo loteamento, valorizando automaticamente uma área intermediária deixada para trás...
(Lemos e Sampaio, 1993: 67-8)

Como veremos posteriormente, tal interpretação, elaborada por Fernando Henrique Cardoso e Lucio Kowarick em *Considerações sobre o desenvolvimento de São Paulo: cultura e participação* (1973), será refutada por Nabil Bonduki e Raquel Rolnik. A pesquisa ainda incluía um questionário sócio-econômico, que atentava principalmente para a questão da imigração e da absorção da força de trabalho dos imigrantes pelo setor terciário, cujo crescimento horizontal, de baixo nível de capitalização e alto nível de utilização da mão-de-obra abundante, mostra que “o crescimento do trabalho terciário entre nós, da forma como está se dando, faz parte do modo de acumulação urbana adequada à expansão do capitalismo” (Lemos e Sampaio, 1993: 66), em referência ao artigo de Francisco de Oliveira, *Economia brasileira: crítica à razão dualista* (1972), que realmente marcará profundamente os estudos sobre a autoconstrução de habitações em São Paulo desenvolvidos a partir de sua publicação.

2. A CASA POPULAR – SÉRGIO FERRO, 1969

Segundo Rodrigo Lefèvre, “a discussão sobre esse aumento de mais valia, como resultado de uma diminuição do valor da força de trabalho, ganhou importância, entre nós e no caso específico da arquitetura, a partir de um artigo de Sérgio Ferro, *A Casa Popular*, publicado em brochura pelo Grêmio da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP” (Lefèvre, 1982: 22), antes mesmo da publicação do já mencionado artigo de Francisco de Oliveira. Lefèvre referia-se à discussão em torno da redução do valor da força de trabalho causada pela redução do custo de sua reprodução, quando o trabalhador, construindo sua própria casa, tem seus gastos com habitação reduzidos. Tal discussão, como veremos mais à frente, desembocaria

na polêmica acerca do “sobretabalho”. Por ora, no entanto, atentaremos para as afirmações de Sérgio Ferro.

Retomando as conclusões preliminares da mencionada pesquisa de Carlos Lemos, este autor reconstitui a trajetória de produção da casa autoconstruída, desde o construtor até o uso, passando pelos materiais, as técnicas e o produto, e dali para o valor de uso social. Segundo este autor, a adoção de soluções espaciais e técnicas primárias, resultantes da limitação financeira do trabalhador, tem como consequência a constituição de um “esquema básico” comum ao conjunto destas habitações, que fazem com que, apesar de serem construídas para uso próprio, passam a ser passíveis de venda. Transformando-se, pelos motivos expostos, em valor de uso social, a casa passa a ser manipulada como mercadoria, apesar de não ter sido produzida como tal:

...o valor de uso social que obtivera pensando em si, é visto e manipulado como mercadoria... O excedente, eventualmente produzido, é explorado como valor de troca. Em oposição ao funcionamento habitual da economia capitalista, não é o valor de troca que estimula a produção de valores de uso, mas valores de uso excedentes são empregados como valor de troca. (Ferro, 1969: 8)

A seguir, Sérgio Ferro aponta a redução do salário provocada pela redução dos custos com a habitação:

As consequências são imediatas: o barateamento da moradia que obteve recorrendo a todas as suas mínimas habilidades e disponibilidades, o seu sacrifício, terá como recompensa automática o abaixamento relativo dos salários, sempre determinados pelo custo menor do absolutamente indispensável à sua manutenção. Seguramente, à economia feita na obtenção da casa seguirá a redução de seu salário real. É a lei do sistema. (Ferro, 1969:9-10)

As linhas finais do artigo revelam um dado que marcará a produção da década seguinte, constituindo o ponto central do artigo de Francisco de Oliveira:

E a produção aparentemente marginal, revela o sistema totalmente inclusivo. (Ferro, 1969: 10-1)

3. “ECONOMIA BRASILEIRA: CRÍTICA À RAZÃO DUALISTA” – FRANCISCO DE OLIVEIRA, 1972

Em linhas gerais, o texto de Francisco de Oliveira constitui uma ruptura com o modelo de análise econômica elaborado pela Cepal para os países da América Latina, que se baseava no subdesenvolvimento como uma formação histórica econômica constituída pela oposição entre um setor “atrasado” – agrário-exportador – e outro “moderno” – urbano-industrial –, ou, no âmbito externo, entre o “centro” e a “periferia”. Segundo Oliveira, tal modelo privilegiava as relações externas e, por isso, contribuiu para a não formação de uma teoria sobre o capitalismo no Brasil, além de, com estereótipos como o da “internalização do centro de decisões”, lançar as bases do desenvolvimentismo, desviando a atenção das questões internas do desenvolvimento, por exemplo, a da luta de classes.

Ao contrário do modelo cepalino, Francisco de Oliveira centra sua análise da economia brasileira posterior a 1930, nas relações internas de produção, além de romper com a dualidade do modelo anterior, que substitui pela noção de unidade de contrários, uma

simbiose entre aqueles dois setores (Oliveira, 1972: 7-9). Esta simbiose é exemplificada com especial sucesso justamente pela autoconstrução de habitações:

Ora, o processo de crescimento das cidades brasileiras – para falar apenas do nosso universo – não pode ser entendido senão dentro de um marco teórico onde as necessidades da acumulação impõem um crescimento dos serviços horizontalizado, cuja forma aparente é o caos das cidades. Aqui, uma vez mais é preciso não confundir "anarquia" com caos; o "anárquico" do crescimento urbano não é "caótico" em relação às necessidades da acumulação: mesmo uma certa fração da acumulação urbana, durante o longo período de liquidação da economia pré-anos 30, revela formas do que se poderia chamar, audazmente, de "acumulação primitiva". Uma não-insignificante porcentagem das residências das classes trabalhadoras foi construída pelos próprios proprietários, utilizando dias de folga, fins de semana e formas de cooperação como o "mutirão". Ora, a habitação, bem resultante dessa operação, se produz por trabalho não-pago, isto é, supertrabalho. Embora aparentemente esse bem não seja desapropriado pelo setor privado da produção, ele contribui para aumentar a taxa de exploração da força de trabalho, pois o seu resultado, a casa – reflete-se numa baixa aparente do custo de reprodução da força de trabalho – de que os gastos com habitação são um componente importante – e para deprimir os salários reais pagos pelas empresas. Assim, uma operação que é, na aparência, uma sobrevivência de práticas de "economia natural" dentro das cidades, casa-se admiravelmente bem com um processo de expansão capitalista, que tem uma de suas bases e seu dinamismo na intensa exploração da força de trabalho. (Oliveira, 1972: 31)

Estabelece-se, assim a ligação entre o setor moderno, industrial, e o arcaísmo representado pela autoconstrução da habitação. Segundo Lefèvre, o texto de Francisco de Oliveira, por ele citado, corrobora o que Sérgio Ferro havia afirmado em relação ao aumento da exploração da força de trabalho (Lefèvre, 1982: 24). Na verdade, porém, ele introduz a discussão acerca do "sobretabalho", estabelecida entre Oliveira e Luis Alfredo Galvão, em seu texto "A Crítica Acrítica da Razão Dualista" (1974), na qual Lefèvre toma partido a favor da existência de sobretabalho, num debate que retomaremos adiante.

Essa leitura da autoconstrução enquanto instrumento de redução do custo de reprodução da força de trabalho é adotada por todos os autores aqui citados, desde Sérgio Ferro – em 1969 – até Nabil Bonduki e Raquel Rolnik (1982: 129), passando por Lucio Kowarick (1979: 61) e Ermínia Maricato (1982: 76), dentro desta concepção de um modelo em que se estabelece, como foi dito, uma simbiose entre os setores "atrasados" e "modernos" da economia, que vai contra noções como a de "urbanização sem industrialização e do seu xipófago, uma urbanização com marginalização" (Oliveira, 1972: 31).

Abrindo um parêntesis, é interessante lembrarmos as palavras de Sérgio Ferro anteriormente citadas em torno de um "sistema totalmente inclusivo", da mesma forma que é interessante lembrarmos, em sentido oposto, a afirmação de Raquel Rolnik (1997: 101), de que "repetido infinitas vezes ao longo da história da cidade, esse processo [de estabelecimento de normas e investimentos em infraestrutura] sintetiza o movimento de um mercado cuja rentabilidade e ritmo de valorização são definidos por uma *dupla lógica*... [grifo nosso]". De fato, a interpretação de Francisco de Oliveira segue em direção oposta ao "padrão periférico de crescimento", modelo que se tornaria hegemônico na leitura do crescimento da metrópole paulistana, e que se caracteriza pela oposição entre "o triângulo como espaço comercial elegante" e "o panorama dos bairros residenciais exclusivos", e o "espaço não regulado como renda... o subúrbio popular", para utilizar as palavras dessa autora (1997: 104, 107, 114).

Voltando ao texto de Francisco de Oliveira, é interessante atentarmos para o fato de que, mais do que provar que “o anárquico do crescimento urbano não é caótico em relação às necessidades de acumulação do capital”, o exemplo da autoconstrução é expressão de um processo mais amplo, em que a expansão do setor terciário, baseada na baixa capitalização e na absorção de força de trabalho, é resultado de uma industrialização efetuada numa base de acumulação capitalística pobre, devido ao caráter arcaico do setor primário e da conseqüente carência de infraestrutura e serviços urbanos. O setor terciário, assim, não compete com a indústria pelos escassos fundos disponíveis para a acumulação propriamente capitalística. Daí, o crescimento daquele setor não ser um “inchaço”, e sim corresponder a um processo de desruralização do produto, ao qual a urbanização é diretamente proporcional. Nega-se, assim, a visão do setor de serviços como “depósito do exército industrial de reserva”, a “urbanização sem industrialização” e a “urbanização com marginalização” (Oliveira, 1972: 27-31). No modelo econômico formulado por Oliveira, a manutenção do “arcaico” na agricultura e na construção propicia altas taxas de exploração do trabalho e conseqüentemente, aumento da acumulação de capital, dirigindo-se a industrialização à produção de bens duráveis, para o consumo de uma parcela da população na qual a renda foi, por força deste modelo, concentrada. Daí a simbiose entre o “arcaico” e o “moderno”, entre “centro” e “periferia” nas cidades brasileiras.

4. A LÓGICA DA DESORDEM – LUCIO KOWARICK, 1975

Esta mesma visão está presente no texto *A lógica da desordem* (1975), de Lucio Kowarick:

O contraste entre a sofisticação do consumo de uma minoria e as condições precárias de vida da maioria tende a ampliar-se. O modelo de expansão industrial, nos últimos 15 anos, apoiou-se justamente na produção de artigos e consumo durável e de luxo, destinados aos estreitos círculos de renda média e alta. Os estratos inferiores, excluídos desse mercado de consumo, pagaram não obstante alto preço. A deterioração das condições de vida da maioria da população trabalhadora acentuou-se, enquanto a economia do país crescia a uma significativa taxa de 10% ao ano, dando origem ao que, por muitos, foi designado “milagre brasileiro”. Mas que tipo de milagre é esse, em que o desenvolvimento significa piorar a vida da maioria da população? (Kowarick 1976: 59)

Kowarick (1976: 43) afirma ainda que, pesquisas parciais indicavam que grande parte das casas próprias de São Paulo, que constituem mais da metade do total de habitações, foram autoconstruídas, por trabalhadores cujos rendimentos não são suficientes para cobrir os gastos com aluguel ou para candidatar-se aos programas de financiamento do SFH, ao mesmo tempo em que “contribui para deprimir os salários reais pagos pelas empresas aos trabalhadores”.

No entanto, a abordagem deste autor é marcada, sobretudo, pela questão da especulação imobiliária. Assim, se “o ‘anárquico’ do crescimento urbano não é ‘caótico’” em relação às necessidades da acumulação” ao nível da produção, o mesmo ocorre em relação à especulação imobiliária, uma vez que “acumulação e especulação andam juntas”. O Estado, sob este aspecto, desempenha um importante papel no processo de especulação imobiliária, restringindo-se a seguir os núcleos ocupados de acordo com os interesses dos agentes imobiliários. No entanto, o Estado desempenha também um outro papel, mais ativo, neste processo: a lógica de investimento na reprodução do capital em detrimento da reprodução da força de trabalho prevalece também no setor público, sendo, àquela época, 80% dos empréstimos do BNH destinados à classe média e alta (Kowarick, 1976: 59).

Ainda em relação à questão da especulação, o autor atenta para o fato da população ser assentada em áreas distantes, mesmo havendo áreas disponíveis em regiões mais centrais e mais bem servidas de infraestrutura, além do sistema de loteamento em partes. Juntamente com Fernando Henrique Cardoso, Lúcio Kowarick descreve como os novos loteamentos são feitos sempre deixando-se entre eles e os loteamentos preexistentes áreas de terra não loteada, através das quais toda infraestrutura urbana teria necessariamente que passar, valorizando-as: “desta forma, transferia-se para o valor da terra, de modo direto e geralmente antecipado, a benfeitoria pública” (Kowarick e Cardoso, 1973: 10).

5. “AUTOCONSTRUÇÃO, A ARQUITETURA POSSÍVEL” – ERMÍNIA MARICATO, 1976

O artigo de Ermínia Maricato parte de uma questão até então não tocada, que é a identificação da autoconstrução com a espontaneidade e solidariedade, que remeteria às tradições e festas rurais, de onde, aliás, provém a massa de imigrantes que produz suas habitações por este sistema. O contato do trabalhador com o produto, a habitação, em contraposição à alienação do trabalho parcelado capitalista seria outra vantagem apontada por esta nova tendência de abordagem do problema habitacional e que é descartada como solução para o problema habitacional em países dependentes. Sem desprezar a importância do trabalho artesanal comunitário, oposto ao trabalho parcelado alienante do capitalismo, Ermínia Maricato (1976: 12) atenta para o fato de que estas idéias são, senão deslocadas, pelo menos secundárias nos países dependentes como o Brasil, se consideradas as relações entre construção da habitação e capitalismo estabelecidas nestes países – de novo, de acordo com Francisco de Oliveira:

A solidariedade, quando existe, é uma determinante para a sobrevivência. O contacto direto com a produção da casa também. Não há outra escolha possível, assim como não há outra arquitetura possível para substituir aquela que caracteriza o espaço de residência da classe trabalhadora, mantidas as condições em que se dá a produção desse espaço como veremos adiante.

Esse aspecto da natureza essencialmente ideológica não ocupa o centro da nossa preocupação e não interessa abordar apenas o mutirão em si (as características artesanais do processo), mas principalmente relacioná-lo a um quadro mais amplo que é o do atual estágio do desenvolvimento do capitalismo em alguns países dependentes, através do papel que a autoconstrução ocupa na reprodução da força de trabalho e na forma que assume o crescimento das áreas metropolitanas, sob a égide de grande indústria oligopólica. (Maricato, 1976: 73)

Não passa desapercibida a atuação do Estado enquanto instrumento do capital privado, ao atuar em favor da reprodução e acumulação de capital pelas empresas, e como investidor capitalista, ao objetivar a reprodução de seu capital, em especial no caso do BNH.

No entanto, um dos aspectos centrais da discussão sobre a autoconstrução é ainda somente tangenciado: a da mercantilização da casa construída enquanto meio de subsistência, fora da forma de produção capitalista. Sobre essa questão, Ermínia Maricato assinala que, “se se reconhece que a propriedade da casa (propriedade de um “capitalzinho”) é bastante valorizada aí, inclusive em seus aspectos subjetivos, é preciso ver também que os baixos salários não suportam mais as despesas com aluguel além da não existência de oferta de habitações de aluguel para a grande massa de migrantes que procura as grandes cidades” (Maricato, 1982: 84). Apesar do termo do qual Sérgio Ferro se utiliza – “capitalzinho” –, de forma quase pejorativa, a questão da valorização da habitação autoconstruída e principalmente da apropriação dessa valorização pela sua mercantilização é tratada com cautela.

Mesmo a postura de Sérgio Ferro em relação a este aspecto da autoconstrução é interessante: ao mesmo tempo em que denuncia a negação, pelo operário, de sua condição social e a retomada do princípio de propriedade que lhe é negado enquanto tal para produzir uma “miniatura frustrante do lar burguês”, e o abandono de uma série de conquistas sociais para resguardar “a unidade obrigatoriamente desfeita de sua família, e a propriedade de sua angustiante moradia lentamente depositada na expectativa de transbordar sua racionada necessidade e afirmar sua admissão a pequeno burguês senhor de capitalzinho”, o autor justifica que “não há dúvida: a solução encontrada, talvez a única disponível, tem as marcas de sofrida adaptação” (Ferro, 1969: 9).

Uma das soluções encontradas para esse impasse é a denúncia de que a elegia à propriedade da casa, pelo Estado, desempenha um papel importante do ponto de vista ideológico, num regime caracterizado pelo arrocho salarial e a repressão a atos reivindicatórios, como fazem Nabil Bonduki e Raquel Rolnik (1982: 150).

5. PERIFERIA DA GRANDE SÃO PAULO: REPRODUÇÃO DO ESPAÇO COMO EXPEDIENTE DE REPRODUÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO – NABIL BONDUKI E RAQUEL ROLNIK, 1978

O texto de Nabil Bonduki e Raquel Rolnik, cujo objetivo é “aprofundar o conhecimento da formação do espaço urbano nas áreas periféricas, vinculando-o a reprodução da força de trabalho” dá continuidade a esta série de trabalhos orientados pela leitura que faz Francisco de Oliveira da estruturação e evolução da economia brasileira entre a Revolução de 30 e o Milagre Econômico. Algumas posições já consolidadas são retomadas pelos autores, agora com uma clareza notável, especialmente em relação à autoconstrução como expediente de reprodução da força de trabalho em uma situação em que os salários se situam abaixo de seu custo, expediente que tem como consequência imediata a redução deste custo e a correspondente redução a níveis ainda mais baixos do salário, o que resulta na negação da visão mitificadora do mutirão como eloquente exemplo de solidariedade de classe. Nesse ponto, adiantamos, pela sua clarividência, a postura tomada por Bonduki e Rolnik em relação ao sobretabalho, um dos pontos que havia alimentado o debate entre Francisco de Oliveira e Luis Alfredo Galvão no início da década, e que não encontrará melhor formulação nem mesmo na retomada da discussão efetuada por Rodrigo Lefèvre, no início da década de 80:

Alguns autores consideram a autoconstrução como “trabalho não pago”, isto é, “supertrabalho” [referindo-se a Francisco de Oliveira]. No entanto, ao produzir sozinho sua casa, o trabalhador cria um valor de uso, apropriado totalmente por ele, e que é, potencialmente, uma mercadoria, pois pode ser comercializado a qualquer momento. Portanto, não se trata de trabalho não pago ao nível da produção da casa, mas sim de um trabalho realizado como se o trabalhador fosse, neste momento, um “produtor individual de mercadorias” e não vendedor de sua força de trabalho para o capitalista. Se, numa primeira instância, a habitação resultante dessa operação é produzida como valor de uso, passa a ter um valor de troca quando é mercantilizada, através de venda ou locação, muito freqüentes.

Se, por um lado, a autoconstrução tem sua origem nos baixos salários, ao generalizar-se institucionaliza essa baixa de salários. Há, portanto, um sobretabalho *implícito* [grifo nosso] ao processo, mas este não se encontra no trabalho de construção da habitação propriamente dito e sim na diminuição da magnitude do “trabalho necessário” na jornada cotidiana de trabalho, possibilitada pela eliminação do gasto mensal equivalente ao aluguel. (Bonduki e Rolnik, 1982: 129)

Por outro lado, o texto revela-se rico em novas interpretações de vários aspectos da problemática da autoconstrução, das quais destacamos aquelas referentes à especulação imobiliária. Uma primeira observação nesse sentido é a negação da interpretação de Lucio Kowarick e Fernando Henrique Cardoso, do processo de abertura de loteamentos. Segundo os autores, o loteamento não se dá por partes, e sim de uma só vez. A venda dos lotes é que se daria por partes, sendo vendidos antes os lotes com pior localização, cuja ocupação provoca a valorização dos lotes com melhor localização. A especulação seria programada no interior de cada operação de loteamento, paralelamente a uma especulação anárquica – a que corresponderia ao processo referido por Kowarick e Cardoso – com a valorização, pelo loteamento recém aberto, das áreas vizinhas não loteadas, pertencentes em geral a outros proprietários. Em relação à infraestrutura, o “modelo do loteamento por partes” revela-se igualmente incorreto, uma vez que esta não é instalada linearmente, de acordo com formação dos novos bairros, e sim descontinuamente, normalmente englobando grandes áreas, respondendo não a critérios de planejamento mas sim a conjunturas políticas.

Nesse sentido, o papel do Estado na especulação imobiliária, antes circunscrito à sua “ineficiência” em controlar o crescimento da cidade e à ênfase dada ao favorecimento da reprodução do capital – o financiamento, pelo BNH, de imóveis destinados às classes de renda com suficiente poder aquisitivo para comprá-los–, adentra o campo da produção de infraestrutura, a qual também sofre os efeitos da referida ênfase, criando, assim a carência de infraestrutura, além da de habitações (Bonduki e Rolnik, 1982: 122-5).

Um outro aspecto importante é o da mercantilização da habitação autoconstruída, em relação à qual são revelados novos dados:

Na maioria das vezes, a construção da casa de aluguel se dará antes da conclusão da casa do proprietário, que, em função disso, fica inacabada e incompleta durante muito mais tempo. (...) A elevação do nível de renda não é, portanto, a causa, mas o objetivo da mercantilização do lote, através do aluguel. (Bonduki e Rolnik, 1982: 138-40)

Por outro lado, os autores relativizam tal mercantilização: “a construção de casas de aluguel no terreno é a única forma de poupança possível...” (Bonduki e Rolnik, 1982: 138).

A predominância da autoconstrução da habitação enquanto solução para o problema da moradia corresponde, assim, ao fato de ser esta a solução mais funcional “tanto para um crescimento urbano calcado na especulação imobiliária como para um ‘desenvolvimento’ econômico arrimado na superexploração da força de trabalho” (Bonduki e Rolnik, 1982: 149), unindo o descomprometimento do Estado com a redução do custo de reprodução da força de trabalho e efeitos de caráter ideológico – identificando os trabalhadores com a propriedade privada – além de reduzir a disponibilidade de terrenos urbanos e causar a sua conseqüente valorização.

6. PROJETO DE UM ACAMPAMENTO DE OBRA: UMA UTOPIA – RODRIGO LEFÈVRE, 1982

Finalizando o presente trabalho, chegamos ao texto de Rodrigo Lefèvre, *Projeto de um acampamento de obra: uma utopia* (1976), no qual ele elabora um “modelo de uma produção, na época de transição”:

A proposta, em termos sucintos, consiste em pensar no que poderá ser numa época de transição para uma estrutura nova de sociedade mais humana do que a de hoje, a montagem de uma espécie de escola, onde cerca de 2.000 migrantes, organizados de uma forma descrita no capítulo seguinte, possam vir a produzir, durante alguns meses, o seu local de moradia, casa e bairro, sendo que para essa produção o Estado contribui com terra, material de construção, abrigo provisório e alimentação, métodos pedagógicos de alfabetização e de formação profissional. Não se deve confundir essa proposta com a proposta de um modo de produção geral, válido para toda a sociedade. Trata-se, como já dissemos, apenas de um "modelo de uma produção", que vai envolver pessoas efetuando uma produção cultural e uma produção material com características específicas e determinadas. Vai ser autoconstrução, autogestão, não autosuficiência, permeadas por um processo de formação e de aprendizagem de algumas atividades profissionais, aquelas ligadas à construção, com vistas ao retorno de seus participantes ao modo de produção geral adotado pelo conjunto da sociedade. (Lefèvre, 1982: 3)

O modo pelo qual Lefèvre aborda o problema da autoconstrução da habitação alia o modo como os outros autores aqui citados o abordam, ou seja, a partir da análise do que poderíamos definir como um fenômeno social, à noção de projeto. Já mencionamos anteriormente, quando estudamos o texto de Ermínia Maricato, a formação, na década de 70, de uma corrente de pensamento que vê na autoconstrução uma solução para os países dependentes, cujas virtudes residiriam na solidariedade e na desalienação do trabalhador. Nesse sentido, a consulta à bibliografia contida no texto de José Roberto Felicíssimo citado por aquela autora, *Ajuda mútua em habitação: elementos conceituais e análises de alguns processos de articulação*, provavelmente revelaria dados úteis para a compreensão do contexto em que a proposta de Lefèvre se insere. No entanto, os aspectos negativos da autoconstrução não passam despercebidos pelo arquiteto, constituindo as razões da adoção de um caráter utópico em sua proposta.

Uma das questões que centralizam a atenção de Rodrigo Lefèvre é a da exploração da força de trabalho implícita neste processo. A referência ao texto de Francisco de Oliveira é feita de forma a enfatizar a questão do "sobretabalho", iniciando a reconstituição de um debate que está de antemão definido, estando o autor a par da crítica efetuada por Alfredo Galvão a este conceito, que vai aqui registrada:

Além do emprego abusivo da expressão acumulação primitiva, um outro exemplo desta imprecisão conceitual, ainda no contexto da combinação do arcaico e do moderno, e a maneira como se utiliza do termo "sobretabalho", referindo-se ao trabalho produtor de valor-de-uso do operário que constrói sua própria casa: "A habitação, bem resultante desta operação, se produz por trabalho não pago, isto é, supertrabalho". Ora, o trabalho que produz a casa é trabalho produtor de valor-de-uso, assim como o trabalho na comunidade, o trabalho na família patriarcal, todos eles trabalhos não pagos, que nem por isso constituem "supertrabalho". O trabalho doméstico da mulher não é pago e também não é supertrabalho. O trabalho que produz a própria habitação do trabalhador só poderia se constituir em supertrabalho se porventura a casa fosse expropriada. (Galvão, 1974: 140)

A polêmica possui duas dimensões. A primeira, referente à crítica à leitura que faz Francisco de Oliveira da economia brasileira, em seu sentido mais amplo, e a segunda, mais importante para nós, que se refere à questão da autoconstrução. Esta última gira em torno da utilização correta ou não de termos como "sobretabalho" e na indagação de como se dá a redução do valor da força de trabalho: na diminuição do custo de sua reprodução e, conseqüentemente, do salário, ou no aumento das horas necessárias para o ganho de um salário "invariável". Em relação ao sobretabalho, o próprio Francisco de Oliveira já havia afirmado que

...a habitação, bem resultante dessa operação, se produz por trabalho não-pago, isto é, supertrabalho. Embora *aparentemente* [grifo nosso] esse bem não seja desapropriado pelo setor privado da produção, ele contribui para aumentar a taxa de exploração da força de trabalho, pois o seu resultado – a casa – reflete-se numa baixa aparente do custo de reprodução da força de trabalho – de que os gastos com habitação são um componente importante – e para deprimir os salários reais pagos pelas empresas. (Oliveira 1972: 31)

Retirando-se o termo “aparentemente”, a questão se resolve: Francisco de Oliveira não se refere ao sobretrabalho como trabalho não pago, base da crítica de Galvão – que, aliás, não cita o trecho por nós grifado. Não se trata de discutir se o valor da força de trabalho é determinado pelo custo ou pelo trabalho necessário para sua reprodução, como faz este autor; trata-se sim, da utilização do termo “sobretrabalho” para designar um processo diferente daquele para o qual foi cunhado, ou seja, para designar o aumento da exploração da força de trabalho pela redução de seu custo de reprodução.

O que não significa que não haja aumento da exploração da força de trabalho, com a diminuição do seu valor: o fato é que esta se dá não através do acréscimo de horas de trabalho não pagas para a construção da própria casa, mas sim através da redução do salário propiciada pela redução dos mencionados custos.

A confusão entre estas duas formas de aumento da exploração da força de trabalho é exemplificada num trecho do texto de Rodrigo Lefèvre, no qual ele contrapõe a interpretação baseada no “sobretrabalho” para a outra, baseada na redução dos custos de reprodução:

Mais adiante, Luís Alfredo vai afirmar, o que é indubitável, que o trabalho utilizado na construção da própria casa “é parte do tempo de trabalho necessário (e não excedente, não criando mais-valia, portanto), pois se trata de um trabalho voltado imediatamente para sua própria subsistência; nele não está contida nenhuma parcela de sobretrabalho”. Realmente, o que Luís Alfredo está dizendo é que aumentou, para o trabalhador que constrói sua própria casa, o trabalho necessário para sua subsistência: antes, digamos, o trabalhador trabalhava quatro horas por dia, excluindo o domingo, para sua subsistência e agora, trabalhando no domingo nove horas para construir a própria casa, ele precisa de 5,5 horas em média por dia da semana para sua subsistência, tendo aumentado a jornada de trabalho de 8 para 9,5 horas por dia, em média. Mas isto, sem produzir, durante as horas a mais, mercadoria para o capitalista que o emprega, produzindo só valor de uso para si. Nesse ponto posso dizer que o valor força de trabalho desse trabalhador autoconstrutor é tal qual o que fica cristalizado nas mercadorias correspondentes ao tempo de trabalho necessário realizado para o capitalista... e cristalizado na sua casa. Mas o preço da força de trabalho continua relacionado só com o valor cristalizado nas mercadorias do capitalista. Assim, por esse raciocínio, *posso* chegar -a conclusão que o preço da força de trabalho está abaixo do seu valor, e desta forma Luís Alfredo estaria de acordo com Francisco de Oliveira, como diz textualmente: “Mas podemos partir de uma outra hipótese. Como o preço da força de trabalho está cotado abaixo de seu valor, o trabalhador não tem condições de pagar aluguel e se vê forçado a dar este tipo de solução para o seu problema habitacional... Neste sentido, poder-se-ia dizer que o trabalho direto do operário que constrói sua própria casa diminui os custos monetários de reprodução da força de trabalho. Diminui os custos, mas não diminui o trabalho necessário. Desta forma, o capital variável seria menor e a mais-valia maior, permitindo, portanto, uma maior acumulação...” (Lefèvre, 1982: 25-7)

Por um lado, Lefèvre afirma que é indubitável o fato do trabalho na autoconstrução fazer parte do tempo de trabalho necessário, não constituindo sobretrabalho. Por outro, afirma que Galvão estaria de acordo com Oliveira, referindo-se ao trecho em que aquele autor passa a

analisar a autoconstrução enquanto instrumento de redução do custo da força de trabalho. No entanto, aventando a hipótese de que não se trata de “sobretalho” mas do aumento da exploração do trabalho através da redução de seu custo de reprodução, cuja diferença é repassada aos salários – que diminuem, aumentando a mais-valia relativa do capitalista – Alfredo Galvão refutará também esta noção, argumentando entre outras coisas que, se o trabalhador tem condições de suprir suas necessidades fisiológicas mínimas e ainda comprar terreno e materiais de construção, isto quer dizer que o preço da força de trabalho está ainda acima do custo de sua reprodução. Este argumento é facilmente invalidado, se considerarmos as privações de caráter até mesmo alimentar que os trabalhadores suportam para conseguir construir a casa própria, suficientemente descritas nos trabalhos aqui citados.

A partir daí, a discussão toma um rumo menos polêmico, baseando-se em temas como a insuficiência do salário frente aos custos de reprodução da força de trabalho e a autoconstrução como um fator de rebaixamento do seu preço. Em relação à mercantilização da casa autoconstruída, a postura de Rodrigo Lefèvre é clara:

Provavelmente se trata de uma poupança mais do que um investimento. Isto porque a produção da casa pelo próprio trabalhador não cria mais valia em si. Não existem, nesta produção deste meio de subsistência, as relações de produção que estabelecem o trabalho assalariado como base do processo de criação de mais-valia e, portanto, da acumulação do capital. Na produção da casa, o trabalhador não vai usar nenhum dos métodos de controle da produção para que o dinheiro gasto para fazer a casa seja capital, isto é, se reproduza através da transformação da mais-valia em lucro ao vendê-la no mercado. (Lefèvre, 1982: 33-4).

Por outro lado, Lefèvre atenta para o fato de que a cidade é feita dentro do processo de produção capitalista, e este fato reflete-se na valorização da casa, na qual a mais valia conseguida do trabalho do proprietário-construtor desempenha papel secundário. Em relação à especulação, por parte dos proprietários, de casas autoconstruídas, Lefèvre afirma que ela só pode perdurar enquanto houver *déficit* de habitações populares e de infraestrutura, representando uma solução válida somente do ponto de vista individual. Do ponto de vista coletivo, dependeria da perpetuação desta falta de habitações e infraestrutura, na qual o processo de autoconstrução significa necessariamente a manutenção de um estado de penúria e a criação de elementos que vão aumentá-la (Lefèvre, 1982: 38-9). Ou seja, a mercantilização, a valorização e a eventual especulação presentes na autoconstrução seriam, antes de mais nada, decorrências, adquirindo, portanto, importância secundária.

CONCLUSÃO

Como afirmamos anteriormente, o presente trabalho, inicialmente pensado como uma oportunidade de se estudar a proposta elaborada por Rodrigo Lefèvre a partir de certos trabalhos teóricos sobre o tema da autoconstrução, revelou-se uma oportunidade de contato com um universo pouco explorado da obra deste arquiteto, que é a sua relação com a produção social da cidade e seus espaços.

Desta forma, ao elaborarmos nossas considerações finais, limitamo-nos a ressaltar que Rodrigo Lefèvre, ao dar a sua contribuição ao debate acerca da autoconstrução de habitações que marca a década de 70, em *Projeto de um Acampamento de Obra: uma Utopia* (1982), adota uma postura nitidamente propositiva – ainda que a admita utópica –, principalmente se considerada em relação à postura adotada pelos seus interlocutores de dentro e de fora da FAUUSP, que mergulham na análise crítica do processo em questão – análise esta que revela-

se essencial e profícua. O caráter propositivo da abordagem de Rodrigo Lefèvre, a única a resultar em uma concepção de arquitetura, consubstanciada, entre outros, em casas como a Ernst e Amélia Hamburguer (1965) – com Flávio Império –, Dino Zamataro (1971) – com Nestor Goulart Reis –, e Pery Campos (1972), é um dos dados emblemáticos do equívoco da leitura amplamente disseminada segundo a qual Rodrigo Lefèvre, juntamente com seus companheiros Sérgio Ferro e Flavio Império, pregam, em fins da década de 1960, o abandono da prática projetual. Conforme afirma o próprio Rodrigo Lefèvre,

“algumas começaram a ser dedadas, começaram a falar que existiam arquitetos que diziam que não se devia trabalhar na prancheta, que não se devia produzir desenho. Não era nada disso. Simplesmente nós achávamos que talvez fosse importante, em um certo momento, pensar um pouco e aprender a pensar um pouco antes de fazer alguma atividade profissional. (Lefèvre, in Koury, 1999: 198)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BONDUKI, Nabil, ROLNIK, Raquel. “Periferia da Grande São Paulo: Reprodução do Espaço como Expediente de reprodução da Força de Trabalho”. In: MARICATO, Ermínia, org. *A Produção Capitalista da Casa (e da Cidade) no Brasil Industrial*. São Paulo, Alfa-Omega, 1982. (Todos os dados e depoimentos deste artigo foram retirados do relatório: BONDUKI, Nabil, ROLNIK, Raquel. “Periferia: ocupação do espaço e reprodução da força de trabalho”. *Cadernos de Estudos e Pesquisas Prodeur/Fupam* n. 2, 1978.)
- FERRO, Sérgio. *A Casa Popular*. s.l., s.ed., 1968.
- GALVÃO, Luis Alfredo. “A crítica acrítica da razão dualista”. *Debate e Crítica* n. 3, 1974, pp. 135-152.
- KOWARICK, Lucio e CARDOSO, Fernando Henrique. “Considerações sobre o desenvolvimento urbano de São Paulo: cultura e participação”. *Cadernos Cebrap* n. 14, 1973.
- KOWARICK, Lucio, et al. *São Paulo 1975: Crescimento e Pobreza*. São Paulo, Loyola, 1976.
- KOWARICK, Lucio. Autoconstrução de moradias e espoliação urbana. In KOWARICK, Lucio. *A Espoliação Urbana*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- LEFÈVRE, Rodrigo Brotero. *Projeto de um acampamento de obra: uma utopia*. Dissertação de mestrado apresentada à FAUUSP, São Paulo, s.ed., 1982.
- LEFÈVRE, Rodrigo Brotero. “Entrevista a Renato Maia”. In: KOURY, Ana Paula. *O Grupo Arquitetura Nova*. Dissertação de mestrado apresentada à EESC USP, São Carlos, s.ed., 1999, pp. 179-207.
- LEMO, Carlos Alberto Cerqueira, SAMPAIO, Maria Ruth Amaral de. *Casas proletárias em São Paulo*. São Paulo, FAUUSP, 1993.
- MARICATO, Ermínia. “Autoconstrução, a arquitetura possível”. In: MARICATO, Ermínia, org. *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. São Paulo, Alfa-Omega, 1982. (Texto apresentado em exposição na 28ª Reunião Anual da SBPC, 1976, e revisto parcialmente em janeiro de 1978)
- OLIVEIRA, Francisco de. “Economia brasileira: crítica à razão dualista”. *Cadernos Cebrap* n. 2, out. 1972, pp. 3-82.
- ROLNIK, Raquel. *A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. São Paulo, Studio Nobel, 1997.

Agradecimentos: à prof. Dra. Maria Lúcia Caira Gitahy, orientadora da pesquisa em cujo âmbito foi elaborado este trabalho; à prof. Dra. Maria Ruth Amaral Sampaio e ao prof. Dr. Paulo César Xavier Pereira, responsáveis pela disciplina “Sociologia da construção”, na qual este trabalho foi elaborado; à FAPESP – Fundo de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, pelo apoio financeiro a esta pesquisa.

Endereço do autor:

André Augusto de Almeida Alves (almeida.alves@teracom.com.br)
 Av. Tiradentes, 775
 87.013-260, Maringá, Pr
 fone: (44) 30 28 34 58
 fax: (44) 30 28 34 58